



Veiga Simão- Ex-Ministro da Educação (texto)

A questão que o Conselho Nacional de Educação coloca neste debate, “Como vamos melhorar a educação nos próximos 10 anos?”, não é de fácil resposta.

Temos a consciência de que todos os portugueses têm ideias próprias sobre esta questão, construídas nas experiências das suas vidas, mesmo aqueles a quem a escola lhes foi cruelmente negada.

Os políticos, os professores, os alunos, os pais, as famílias, os empresários, os trabalhadores, todos podem exprimir a sua opinião, a que resulta do seu saber ou a que deriva de agressões externas à sua autoestima, quando na comunicação social lhes anunciam periodicamente os nossos atrasos, perante um universo que idealizavam estar mais perto. A crise da autoridade na escola e a crise de valores, as médias negativas, a dança das disciplinas e a natureza dos conteúdos, as cargas horárias, os cortes arbitrários em financiamentos, as desigualdades económicas e sociais dos alunos, o isolamento institucional, as debilidades do ensino experimental e do ensino artístico, a eliminação dos exames necessários a uma avaliação imprescindível, seriam exemplos de matérias sujeitas a reflexão.

Penso que será na simplicidade e na riqueza desses testemunhos, sobre estes e outro assuntos, que os políticos deveriam procurar sugestões que iluminassem o caminho de progresso, os quais têm de conter sonhos dum futuro melhor.

A minha resposta tem pois um valor acessório, o que é agravado pelo facto de me ser difícil responder com a lucidez e a fundamentação de quem privilegia a cultura científica, consciente de que o universo da educação e formação se encontra em mudança que alguns proclamam de quase-radical...

Seria mais criativo responder à questão formulada, quando as múltiplas medidas anunciadas se traduzissem em progressos ou realizações concretas ou em indicadores certificados de desempenho...

Como não posso dizer que em 2009 darei a minha resposta, vou fazer um exercício cauteloso, misto de esperança e de dúvidas.

NOVOS CONCEITOS

Ao chegarmos ao ano de 2007 – passados mais de vinte anos sobre a publicação da Lei n.º 42/86, de 14 de Outubro, entretanto alterada nos anos de 1997 e 2005 — em domínios do ensino superior, da formação pós-secundária e da formação de professores — ter-se-ia a esperança de podermos concentrar as nossas preocupações sobre o impacto do conceito de educação-formação ao longo da vida, como consequência e causa de uma nova filosofia do desenvolvimento, a qual apesar de assente em princípios materialistas de mercado e de distribuição de custos e lucros não deixa

felizmente de iluminar caminhos de uma nova ética de feição solidária e humanista, que os tempos do futuro sublinham, não apenas em termos de carta de sobrevivência, mas sobretudo em termos de filosofia de existência. Isto significa que ao quereremos melhorar a educação e formação constatamos que nos encontramos no limiar da definição dum novo conceito de cidadania e civilidade, que deveria operar a partir dum novo sistema educativo e formativo, melhor dizendo, de escolas novas e de universidades novas.

No cerne desta questão está a concepção das próximas ou já contemporâneas “sociedades de conhecimento”, ou sociedades em “permanente aprendizagem”, das “sociedades de múltiplos saberes” que ao mesmo tempo dinamizam e respondem aos imperativos da sociedade tecnológica, da sociedade de informação e aos desafios da globalização e da internacionalização. Assim, qualquer estratégia para o desenvolvimento educativo, que venha a ser delineada deveria ter em conta as alterações profundas que se estão a operar no domínio dos conceitos, dos valores e das suas práticas...

Como Lídia Jorge, Almeida Costa, Chagas Lopes, Helena Melo, Alberto Melo, Lopes dos Santos, Veiga Simão e outros afirmaram na Carta Magna da Educação e Formação ao Longo da Vida, 1998, os fenómenos do Mundo em mudança não podem ser ignorados pela educação e formação, porquanto educar não é preparar as novas gerações para a estabilidade, mas para acompanharem e influenciarem o fluir do tempo. Como consequência, o grande desafio para melhorar a escola e a universidade é o de estas se assumirem em reforma permanente, na medida em que devem responder à previsão de desenvolvimentos futuros, o que corresponde a um verdadeiro acto de criação.

Neste quadro de pensamento, a educação e a formação devem ser conceptualizadas e realizadas em correspondência com “indicadores de qualidade e de excelência”, inerentes à natureza dos actos de criação, seja ela literária, artística, educativa, científica, tecnológica, económica ou social.

Ora, tal só é possível se a escola e a universidade cultivarem de acordo com a sua missão e funções, o domínio de materiais evanescentes próprios do software da sociedade da informação; a rapidez de associação e agilidade do pensamento; a economia da narração; a exactidão da linguagem e a precisão dos conceitos; a individualização na observação científica e cultural, libertadora da homogeneização e a consequente reflexão e experimentação; a gestão da multiplicidade como resultado do esforço de encarar conjuntamente os diferentes saberes e códigos; a visão plural e multifacetada do conhecimento e a negação do texto único; a capacidade de articulação inteligente entre métodos e conteúdos, com rejeição de compartimentações artificiais e o culto da leveza, da exactidão, da consistência e da oportunidade, parafraseando Italo Calvino nas suas propostas para o milénio em que vivemos.

Quer isto dizer que, para melhorar a educação, temos de aprofundar novos conceitos de saber e produzir, de partilha do conhecimento, de empregabilidade, de relevância da actuação individual, de redefinição do papel do Estado, do significado social do produtivismo competitivo, da relação entre o público e o privado, da consciência sobre o futuro do planeta

Terra, dos tempos de não trabalho, do imperativo da cultura e da arte e do valor da mensurabilidade e temporalidade na modernização...

Neste breve intróito está implícito que, no quadro avassalador da informação, associado a uma expansão necessária mas descontrolada do ensino em todos os graus, emerge um desejo quase dramático pela qualidade e pela excelência, o qual está associado, entre outros factores, ao domínio dos produtos das tecnologias de informação e das ciências da vida.

AUTONOMIA, FONTE DE CRIAÇÃO

Porém a excelência só pode ser atingida na escola ou na universidade através de uma autonomia real e responsável, conducente à diversidade de modelos de governação académica e de modelos de gestão, mas sempre num quadro que mantenha como último destinatário a pessoa humana.

É essa autonomia clara, transparente, contratualizada em direitos e deveres, entre o poder político e a escola ou a universidade, que permitirá à inteligência portuguesa acompanhar o curso do mundo em mudança, abrir portas à criatividade e inovação e conduzir ao domínio e aplicação do conhecimento no período da sua vigência vital.

Como dizia Anne Morrow Lindbergh, já em 1906, paradoxalmente só no que mexe, cresce, se reforma e muda encontramos a verdadeira segurança. Para melhorar a educação o poder político não pode agrilhoar a escola e a universidade com burocracias e leis inúteis...

A verdade cruel é a de que o poder político, invocando razões de pragmatismo e de eficácia, não deu ainda prioridade, no quadro do seu reconhecido espírito reformista, à autonomia da escola e da universidade, ou seja, aos atributos essenciais de qualquer poder responsável – a personalidade, a organização e a propriedade – e, muito menos, à definição global dos modelos de avaliação do desempenho institucional e individual. Ao contrário, vem privilegiando a decisão intempestiva que justifica pela compreensível obsessão pelo défice orçamental, o que o leva a não partilhar com outros actores caminhos de risco desafiante, mais propícios a um olhar sobre o futuro da escola e da universidade, a médio e a longo prazo.

Porém, sem autonomia responsável e sem avaliação independente do desempenho as melhorias da educação e formação serão pontuais e não estruturais. A avaliação integrada num modelo contratual, prevista na lei de bases do sistema educativo, teve um desenvolvimento surpreendente.

Assim, no caso do ensino superior após a publicação em 1994 da respectiva lei, o Governo alheou se, por completo, das suas responsabilidades e veio a colocar as instituições de ensino superior no banco dos réus perante a opinião pública...

Como resultado, não se respeitou a ética do Estado e preferiu-se superar as fraquezas de ambas as partes contratantes – Governo e instituições – através de recomendações, naturalmente úteis, de organismos internacionais, ignorando-se os estudos nacionais que lhe tinham sido

presentes, com recomendações idênticas.

Perdeu-se tempo, tem-se a esperança de recuperar em 2007 oportunidades perdidas...

Mas, seja como for, a melhoria da educação só se pode concretizar através da confiança entre o Governo e as instituições, sendo certo que o poder político demorou, após uma Lei de Bases de 1986, oito anos para publicar uma lei sobre a avaliação do ensino superior e mais quatro anos para concretizar o seu modelo organizativo; no caso do ensino não superior só o fez em 2003, dezassete anos após a Lei de Bases.

Para melhorar a educação, para fortalecer a confiança e semear a esperança para que os juízos de valor sejam mais claros e transparentes é, pois, imperioso criar e colocar em pleno funcionamento, como vem sendo exigido há anos, não só a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior, mas também uma Agência Nacional para a Certificação e Qualificação Profissional.

Em síntese a autonomia real e a certificação e avaliação são instrumentos imprescindíveis da educação e formação dos portugueses.

BINÓMIO QUANTIDADE-QUALIDADE

Ao meditarmos sobre a dimensão da crise económica e social, que anuncia com crueldade novos atrasos na competitividade de Portugal na União Europeia dos 15 ou 27, os portugueses aguardam, com ansiedade e esperança, a implantação e os resultados das medidas em curso ou em processo de decisão sobre a sua qualificação, desejando que, na sua globalidade, possam ter o sucesso desejado.

Nesse percurso, temos de reconhecer que, apesar da dimensão geográfica e populacional relativamente reduzida, o universo educativo português se caracteriza por uma qualidade heterogénea, pelo que é justo e motivo de orgulho referenciar não só a sua expansão e diversificação que sofreu uma intensificação louvável, designadamente, nos últimos vinte anos, mas também os nichos de qualidade e de excelência em vários níveis de ensino, formação e investigação, que importa fortalecer, divulgar e apresentar como exemplos a seguir.

Neste contexto a questão que nos é colocada obriga a um particular cuidado no tratamento do binómio qualidade-quantidade da educação-formação.

É que diagnósticos que se têm multiplicado ao longo dos últimos anos traduzem, em 2006, uma desconfortável situação para os portugueses, a qual se torna mais nítida quando diversos dados e indicadores são sujeitos a benchmarkings regionais, nacionais, europeus ou internacionais. É o caso das taxas de escolarização, de abandono escolar, de qualificação académica e profissional dos portugueses e de desemprego, onde emerge uma séria preocupação relativa a diplomados com cursos de nível superior. Por seu turno, são inquestionáveis os progressos na produção científica, na frequência do ensino superior entre os 18 e os 24 anos e na formação de doutorados onde se juntam os sinais antagónicos do status social de

bolseiros e da inserção dos investigadores no Estado e nas empresas...

As comparações internas sobre a evolução temporal da educação e formação acabam por evidenciar políticas educativas e formativas erráticas que se sobrepuseram nos últimos cinquenta anos e se situam em períodos do Estado Novo e no pós-Abril, que conduziu, felizmente, à democracia. É nela, com ela e para ela que é possível exigir uma educação e formação com ambição de excelência.

Mas para que as polémicas que a democracia saudavelmente cultiva tenham uma base sólida de pensamento, continua a ser necessário conhecer com rigor as tendências evolutivas de dados e indicadores da qualificação dos portugueses, do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, do grau de aplicação do conhecimento à competitividade e ao empreendedorismo, e não sermos surpreendidos, designadamente a opinião pública, por conclusões periódicas de estudos e inquéritos realizados por organizações europeias e/ou internacionais, pondo em evidência uma fragilidade nacional, incompreensível e intolerável: o desconhecimento de estatísticas actualizadas e de previsões fundamentadas.

No quadro do espírito reformista que caracteriza o Governo, este apresentou um Plano Tecnológico, que definiu como agenda de mobilização para toda a sociedade, base para uma estratégia de promoção do desenvolvimento e de reforço da competitividade do nosso país. A estratégia nele definida assenta em três eixos – o conhecimento (qualificar os portugueses), a tecnologia (vencer o atraso científico e tecnológico) e a inovação (adaptação do tecido produtivo aos desafios da globalização, através da difusão e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos). A cultura aparece associada a este Plano mas sem se assumir como componente inquestionável da inovação e desenvolvimento, apesar dos bens culturais constituírem uma mais valia na competitividade entre nações. Repete-se, aqui, um erro que a União Europeia cometeu em 2000 e que vem tentando corrigir na estratégia renovada de Lisboa, ainda que com timidez. A cultura, sob múltiplos aspectos e designadamente para a Europa deve ser um factor imprescindível da inovação nas instituições e nas empresas.

Aguarda-se, para breve, a aprovação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o qual define o enquadramento da aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período de 2007 a 2013, tributária das orientações políticas definidas pelo Governo. Sentimos aqui a falta de uma visão integrada que, no nosso entendimento, deveria colocar a política comunitária ao serviço duma política nacional de desenvolvimento, permitindo uma articulação criativa, uma melhor compreensão e racionalização na aplicação dos meios financeiros e uma percepção mais segura do progresso no desenvolvimento regional.

A verdade é que, infelizmente, o desempenho da economia portuguesa permanece abaixo da média da UE-25, o que tem especial incidência na qualificação profissional dos recursos humanos, na contribuição do I.D.D. empresarial para o desenvolvimento, na propriedade intelectual e no empreendedorismo.

Como referiu o Senhor Presidente da República na mensagem de Ano Novo,

os portugueses aguardam com expectativa os resultados derivados das reformas em curso e, naturalmente, todos esperamos que seja possível uma avaliação justa e independente dos indicadores de execução e dos indicadores de impacto.

Mas para melhorar a qualidade é necessário, acima de tudo, que a politização de estatísticas não provoque um desequilíbrio ainda maior no binómio qualidade-quantidade da educação-formação.

Alguns pontos de debilidade estrutural merecem um cuidado acompanhamento, dado que a sua implantação exige preparação prévia, como é o caso da actualização na formação científica e pedagógica de professores de todos os níveis de ensino e formação, perante a cultura das novas gerações de jovens e a evolução do conhecimento e das novas tecnologias de difusão; a reconversão de professores, quer para a formação específica de adultos, onde a avaliação de competências exige uma ligação tutorial do professor ao candidato e a construção de um porta-fólio, que torne credível e transparente acessos e a concessão de créditos, quer para a exigência dum ensino profissional moderno e atractivo, baseado na demonstração e experimentação. Os exames de avaliação de conhecimentos são essenciais no equilíbrio do binómio qualidade-quantidade, sem o que não incentivamos o mérito e facilitamos a mediocridade...

A transformação de indicadores estatísticos quantitativos em conquistas políticas, quaisquer que sejam as roupagens de modernidade, não pode prejudicar o esforço permanente pela qualidade do ensino e da aprendizagem, nem ignorar a construção de um ambiente de premente ambição pela excelência.

ESPAÇO EUROPEU DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A ocupação pelas escolas e pelas universidades portuguesas do espaço europeu da educação e formação e a natureza da sua inserção nesse espaço, vai determinar o seu posicionamento nas hierarquias de competitividade europeia; a proliferação de instituições sem impacte na criação e aplicação do conhecimento permite a peritos de Bruxelas ousar atribuir às instituições educativas e formativas portuguesas um papel secundário, quer na economia do conhecimento, quer na coesão social da construção europeia. A reflexão desses peritos a propósito do processo de Bolonha exige do nosso poder político e de todos os actores educativos uma clareza e transparência nas políticas, nas práticas e na credibilidade da certificação e avaliação. Existem as maiores dúvidas sobre a forma "expedita" como o processo de Bolonha foi implementado nalgumas instituições, o que exige uma avaliação credível.

Ora, uma das dificuldades para mobilizar os portugueses deriva da natural perplexidade com que o cidadão comum se depara ao verificar que o posicionamento relativo de Portugal entre as cinquenta nações mais desenvolvidas do Mundo, segundo relatórios de diversas organizações prestigiadas como o IMD – World Competitiveness Yearbook e o WEF - World Economic Forum tem evoluído segundo uma curva de máximos e mínimos que nos colocaram em 27º lugar em 1997, em 43º lugar em 2003 e que no

período de 2000 a 2005 passámos do 32º lugar para o 45º lugar.

Que razões determinam esta preocupante e desesperante evolução que se traduz no facto de na UE-25 já termos sido ultrapassados não apenas pela Grécia mas pela Eslovénia e previsivelmente pela Estónia e Malta?

O espírito reformista do actual Governo é compreensível e justificável, mas a qualidade na educação e formação só se conquista se esse espírito for partilhado com os professores e outros actores educativos e não ser pertença exclusiva de governantes.

Estes breves apontamentos significam afinal que as mudanças se concretizam nas suas consequências e, naturalmente, na criação de ambientes propícios à qualidade, à excelência e ao empreendedorismo.

MEDIDAS URGENTES

Do que referimos elegemos como medidas para melhorar a educação e formação:

-Reflectir sobre o conceito de educação e formação ao longo da vida interligando-o com uma filosofia de desenvolvimento sustentável e de coesão social e com a competitividade de Portugal na UE-25, integrando as nossas instituições educativas e formativas em plataformas de conhecimento ou pólos de competitividade e tecnologia regionalizados e internacionalizados;

-Conferir maior autonomia à escola e à universidade, permitindo diversidade nos modelos de governação e flexibilidade na sua organização, com representatividades adequadas ao ambiente onde se inserem e à sua missão e funções a nível regional, nacional, europeu e/ou internacional; nobilitar a escola e prestigiar o professor como obreiro de criação e transmissão do conhecimento e dar voz ao cidadão;

-Construir sistemas de avaliação independente que permitam a avaliação do desempenho institucional, dos cursos e dos professores, em consonância com agências nacional e internacionalmente credíveis; intensificar os processos de auto-avaliação como elementos imprescindíveis do processo de avaliação;

-Intensificar a cultura científica e, em particular, a observação e criação científica e o ensino experimental;

- Emagrecer, o poder político, libertando por um lado, a escola e a universidade e por outro, o Estado de múltiplas paralisias burocráticas, respeitando a autonomia criadora e responsável; assim seria suficiente um único Ministério, na prática um Brain Trust, a tutelar a educação, incluindo ensino superior, a formação e a ciência; (a dimensão actual seria reduzida a 30%) fortalecer, ao mesmo tempo, os poderes estratégicos de regulação e fiscalização do Estado num ambiente de concorrência saudável e de solidariedade activa;

-Contratualizar as escolas e as universidades, de acordo com as suas

especificidades para se atingirem em dez anos metas nacionais expressas em indicadores de criação do conhecimento e inovação iguais, pelo menos, à média da UE-15; associar a esses contratos a cooperação científica de escolas secundárias, tecnológicas e profissionais com universidades e institutos politécnicos;

-Redefinir as carreiras docente e de investigação e construir novos modelos de formação, permitindo elevada mobilidade, designadamente nos futuros pólos de competitividade e de tecnologia, de modo a transferir o conhecimento para a empresa, para a administração ou para as entidades científicas e culturais, com oportunidade, estimulando o empreendedorismo; inserir doutorados nas escolas e nos designados territórios educativos;

-Realizar e credibilizar exames aos alunos no fim de todos os ciclos, como actos naturais de avaliação dos conhecimentos, de apoio ao percurso profissional dos alunos, e de incentivo ao mérito;

-Apostar na qualidade e na ambição pela excelência, velar para que as chamadas reformas não conduzam a facilitismos e a uma maior degradação do binómio qualidade-quantidade, o que nos arrastaria para uma posição intolerável no espaço europeu da educação e formação.